



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.547, DE 2016

(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações para o usuário pelas empresas de transporte público coletivo.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-5993/2016.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgação, para o usuário, de informações sobre itinerários e tarifas, via *internet*, pelas empresas de transporte público coletivo.

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 14.

§ 1º

§ 2º Além do direito à informação previsto no inciso III do *caput*, as empresas deverão prestar, em página de livre acesso na *internet*, informações sobre itinerários, horários e tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, veio para instituir a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo, entre outras disposições, os princípios, as diretrizes e os objetivos da referida Política. Em seu Capítulo III, a referida norma legal trata dos direitos dos usuários, entre os quais se insere o de “ser informado nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais” (art. 14, inciso III). Trata-se de um aspecto muito importante para a boa prestação do serviço, mas entendemos que o texto da lei ainda pode ser aperfeiçoado.

Isso porque, da maneira como se encontra redigido, o dispositivo obriga o usuário a ir aos pontos de embarque e desembarque para ter acesso às referidas informações, o que, muitas vezes, pode significar uma inadmissível perda de tempo. Assim, estamos propondo que, além da prestação de informação prevista no inciso III do *caput* do art. 14, as empresas coloquem, em página de livre acesso na *internet*, informações sobre itinerários, horários e tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano.

Acreditamos que, com isso, o direito ao serviço adequado, também previsto no art. 14, será mais facilmente alcançado, razão pela qual contamos com o apoio de todos para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2016.

Deputado **Carlos Eduardo Gaguim**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO III DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 14. São direitos dos usuários do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, sem prejuízo dos previstos nas Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995:

I - receber o serviço adequado, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

II - participar do planejamento, da fiscalização e da avaliação da política local de mobilidade urbana;

III - ser informado nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas dos serviços e modos de interação com outros modais; e

IV - ter ambiente seguro e acessível para a utilização do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, conforme as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. Os usuários dos serviços terão o direito de ser informados, em linguagem acessível e de fácil compreensão, sobre:

I - seus direitos e responsabilidades;

II - os direitos e obrigações dos operadores dos serviços; e

III - os padrões preestabelecidos de qualidade e quantidade dos serviços ofertados, bem como os meios para reclamações e respectivos prazos de resposta.

Art. 15. A participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada pelos seguintes instrumentos:

I - órgãos colegiados com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços;

II - ouvidorias nas instituições responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana ou nos órgãos com atribuições análogas;

III - audiências e consultas públicas; e

IV - procedimentos sistemáticos de comunicação, de avaliação da satisfação dos cidadãos e dos usuários e de prestação de contas públicas.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
